



AS DINÂMICAS DO CRESCIMENTO AFRICANO

“Não será credível voltar aos discursos terceiro-mundistas que fazem recair sobre os outros as culpas e erros próprios. Que mais não seja por serem discursos inconsequentes. Em África são-no. E em Moçambique também.”

FERNANDO JORGE CARDOSO

Investigador no Instituto Marquês de Valle Flor em Lisboa, onde coordena a área de estudos estratégicos, é especialista em desenvolvimento e em estudos africanos, com licenciatura em economia na Universidade Eduardo Mondlane e doutoramento no ISEG. Viveu e desempenhou actividades profissionais em Moçambique (onde nasceu) até 1985 e a partir daí em Portugal.

fjcardoso@imvf.org

Quando estudei economia, na primeira metade dos anos 70, o debate entre diferentes escolas do pensamento sobre o desenvolvimento estava bastante aceso e as escolas da geoeconomia, estruturalista, da dependência e da economia-mundo rivalizavam e discutiam modelos de substituição de importações. Autores como Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, André Gunder Frank, Samir Amin, Paul Baran ou Paul Sweezy eram lidos, o mesmo passando-se com o *best-seller* de Walter Rodney “How Europe underdeveloped Africa”. Então, para nekeynesianos, estruturalistas, neomarxistas ou mesmo neoclássicos, um ponto era comum à análise das economias africanas: eram exportadoras de matérias-primas e importadoras de produtos acabados, necessitavam de investimento em infra-estruturas, de modernização da agricultura e de industrialização, ou com vista a aumentar a agregação de valor para competir ou como forma de assegurar um crescimento autónomo. Relembro estes factos para colocar a seguinte interrogação: porque é que a dependência da exportação de matérias-primas que ilustrava então a narrativa do subdesenvolvimento é hoje a principal razão do crescimento económico desde o início do presente século? Sabemos o que se passou a partir de meados dos anos 70: fim do regime de câmbios fixos dólar-ouro, guerra israelo-árabe, aumento do preço do petróleo pela OPEP e crise estrutural da economia capitalista. A busca de modelos de produção com poupança de energia conduz a uma profunda reconversão industrial com novos equipamentos, utilização de ligas leves e crescente computadorização, com os centros a descolarem aceleradamente das periferias capi-

talistas em termos de tecnologias, competitividade e produtividade.

A retórica da Nova Ordem Económica Internacional para melhoria dos termos de troca acaba destruída pela diferenciação crescente entre pólos industrializados e pólos fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata – leia-se África, Ásia do Sul, América Latina. A simultaneidade dos fenómenos de estagnação, inflação e desemprego provoca a falência das políticas e instrumentos nekeynesianos de regulação e cria as condições para o retorno das teorias económicas neoclássicas e para o advento das políticas neoliberais.

Face à incapacidade estratégica da então URSS e seus aliados de acompanharem a inovação e as correlativas mudanças tecnológicas operadas no mundo ocidental industrializado, o alargamento momentâneo do campo socialista que entretanto ocorrera no Vietname, Laos, Camboja, Nicarágua, Etiópia, Somália, Angola ou Moçambique, torna-se uma “vitória de Pirro”, como demonstrado pelos acontecimentos da segunda metade dos anos 80, que culminaram com o fim do bloco de Leste, da União Soviética e, consequentemente, com o fim do “2º mundo” e da ordem internacional do pós-guerra. O início dos anos 90 testemunha o triunfo do capitalismo (eufemisticamente baptizado de economia de mercado) e dos regimes democráticos (ocidentais). No “3º mundo”, as consequências da crise estrutural de meados dos anos 70 vão ter um impacto brutal. O agravamento dos termos de troca e das condições de crédito internacional, conjugado com o volume de investimentos em infra-estruturas em curso em muitos países, faz disparar a crise das dívidas externas, com situações de insolvência (México, Argentina) e

atrasos crónicos de pagamentos. O FMI e o Banco Mundial, a par dos sindicatos de credores organizados nos designados Clube de Paris (públicos) e Clube de Londres (privados), passam a figuras obrigatórias nas negociações internacionais para reestruturar dívidas e para impor condicionalidades às políticas internas dos países devedores.

Em alguns países e cidades-estado da Ásia do Sudeste, fortemente integrados na esfera económica japonesa (Taiwan e Coreia do Sul), nos circuitos financeiros (Hong Kong) ou desempenhando o papel de entrepostos comerciais (Singapura), a industrialização é formatada por políticas estatais e vai assumir uma natureza diferenciada dos habituais processos de substituição de importações. Os mercados-alvo são os dos consumidores norte-americanos e europeus, induzindo desse modo a criação de aparelhos produtivos inovadores, competitivos e amigos do investimento externo, contrariamente aos modelos usados por outras economias emergentes, que criam aparelhos produtivos industriais protegidos e pouco competitivos internacionalmente, casos do México, Argentina, Índia ou Brasil.

No caso africano produz-se uma inversão dos ritmos de crescimento positivos dos anos 60, que estagnam ou passam a ser negativos. A fragilidade das estruturas económicas e a incapacidade de reconversão tecnológica conduzem rapidamente a maiores perdas de competitividade que, conseqüentemente, tornam inviável a inversão das políticas. Estabilização e ajustamento estrutural entram nos léxicos das escolas de economia e traduzem a realidade imposta pelos credores (e doadores). O fim da guerra fria induz a realização de eleições e a instauração em catadupa de regimes políticos de matriz democrática na primeira metade dos anos 90. As transições democráticas ocorridas em condições de extrema fragilidade económica e institucional não conseguem evitar o surgimento de conflitos violentos e guerras civis, perante a incapacidade dos governos, mais ou menos democráticos, de manter a ordem ou de atender às necessidades básicas da população.

Entretanto, os contextos internacionais sofrem rápidas e profundas mutações com o aprofundamento da globalização. A liberalização dos movimentos de capitais junta-se à do comércio e investimento e as tecnologias de informação e comunicação levam ao colapso das dimensões espaciais e temporais nos negócios internacionais, acelerando os fenómenos de integração. Estas dinâmicas juntam-se às conseqüências da adesão da China à Organização Mundial do Comércio em 2002, após 10 anos de difíceis negociações, e vão subverter o panorama económico internacional, incluindo o africano.

Na verdade é hoje pacífico que a China operou uma revolução na economia mundial, em três dimensões essenciais: é o principal parque industrial manufatureiro, com enormes fluxos de investimento directo de transnacionais que deslocalizam para lá partes da sua produção. É o principal importador mundial de matérias-primas e energia, provocando uma subida sustentada das cotações mundiais de *commodities*. Detém a maior reserva internacional de divisas (é o maior credor da dívida norte-americana) e o renminbi ombreia com o dólar, o euro e o iene.

A generalidade das economias africanas entra a partir de 2002 num processo de crescimento económico acelerado, fortemente tributário do crescimento chinês e da procura de matérias-primas por este país e por multinacionais atraídas pelo relançamento mundial do mercado de *commodities*. O próprio fenómeno paralelo do interesse das economias emergentes pelos mercados africanos (Índia, Malásia, Coreia do Sul, Brasil, África do Sul e do próprio Japão e Rússia) é parcialmente conseqüência das dinâmicas induzidas nos mercados internacionais pelo forte crescimento da procura e oferta chinesas. Conseqüentemente e mais uma vez, é a procura internacional de matérias-primas que sustenta o crescimento das economias africanas e é para a área das infra-estruturas que se dirige o essencial dos investimentos públicos africanos, entretanto reanimados pela facilidade de obtenção de financiamento... chinês. É assim que, contrariamente ao advogado nos anos 60 e 70 pelos teóricos nekeynesianos, neomarxistas, das escolas estruturalistas, da dependência e da economia-mundo, que defendiam uma industrialização não subsidiária do sector das matérias-primas, mais uma vez é a procura e o investimento neste sector que sustenta e acelera não só o desenvolvimento das infra-estruturas e, nalguns casos, da indústria, mas também reforça a integração das economias africanas na economia global.

Cabe, desta vez em circunstâncias diferentes dos anos 60, aos (governantes) africanos, o aproveitar destas dinâmicas para o desenvolvimento sustentado (com pouca dívida externa) dos respectivos países. Não será credível voltar aos discursos terceiro-mundistas que fazem recair sobre os outros as culpas e erros próprios. Que mais não seja por serem discursos inconsequentes. Em África são-no. E em Moçambique também. ●



CHEGAMOS
ONDE É
PRECISO.

ABREU ADVOGADOS EM PARCERIA COM FERREIRA ROCHA ADVOGADOS

 ABREU
INTERNATIONAL
LEGAL SOLUTIONS

www.abreuadvogados.com

Fralaw.
FERREIRA ROCHA
ADVOGADOS

www.fralaw.com